

OS DISCURSOS DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES

THE SPEECH OF THE NATIONAL LITERACY POLICY AND ITS REPRESENTATIONS.

Liziana Arâmbula Teixeira
Secretaria Municipal de Educação de Amambai
lizianateixeira@hotmail.com

Thaise da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
thaisedasilva77@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os discursos adotados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9765 de 11 de abril de 2019. Para isso, realizou-se um estudo documental do Caderno da Política Nacional de Alfabetização seguindo a perspectiva teórica dos Estudos Culturais. O objetivo deste estudo é entender quais são os discursos na Política Nacional de Alfabetização e como são representados. Tomando como referência o artefato acima citado constata-se que através dos discursos: estatístico, normativo, da ciência e da psicologia cognitiva, os especialistas responsáveis pela elaboração da PNA procuram dar visibilidade a uma verdade científica buscando apagar conceitos muito difundidos nas pesquisas de alfabetização produzidas em nosso país e ainda retomar abordagens já refutadas. Nota-se ainda a busca pela homogeneização do ensino, por meio de um discurso científico, como mecanismo para alcançar o tão esperado sucesso na alfabetização das crianças passa pela legitimação da instrução fônica.

Palavras-chaves: PNA, Discursos, Estudos Culturais.

ABSTRACT

This article construes the speeches adopted by the National Literacy Policy (PNA), instituted by Decree No. 9765 of April 11, 2019. For this, conducted a documentary study of the National Literacy Policy was carried out following the theoretical perspective of Cultural Studies. The purpose of this study is to understand what are the discourses in the National Literacy Policy and how they are represented. Taking as a reference the artifact mentioned above, it appears that through the speeches: statistical, normative, science and cognitive psychology, the specialists responsible for the preparation of the PNA search to give visibility to a scientific truth seeking erase widespread concepts in literacy research carried out in our country and still resume approaches that have already been refuted. It's also noted that the search for homogenization of teaching, through a scientific discourse, as a mechanism to achieve the long-awaited success in children's literacy goes through the legitimation of phonic instruction.

Keywords: PNA, Speeches, Cultural Studies.

INTRODUÇÃO

Novos revivals na área da alfabetização apontam novas disputas¹ entre a tarefa de alfabetizar e a melhor maneira de fazê-la. Nesse sentido, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) surge, em 2019, com a intenção de assegurar o processo formal de alfabetização para todas as crianças no primeiro ano do Ensino Fundamental, baseando o ensino no que o documento denomina de “evidências científicas”.

Na primeira parte do Decreto nº9.765 de 11 de abril de 2019, logo no Capítulo 1 intitulado *Disposições Gerais*, no Artigo 1º, o ponto que nos chama atenção neste documento legal é a forma como o documento anuncia que agora o país vai entrar no mundo das pesquisas com evidências, alternativa essa que visa reverter o histórico de fracasso escolar

Art.1º - Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal (BRASIL, 2019, p. 01).

Segundo o discurso do governo, a PNA configura-se como uma alternativa do governo federal de reverter um histórico de fracasso escolar e melhoria da realidade educacional relacionada ao ensino de leitura e escrita, provendo assim uma formação básica de qualidade. Nesse sentido, o documento reitera diversas vezes ao longo do documento a alfabetização baseada em evidências científicas – visão essa que revela que o que se pesquisou antes não foi fundamentado em conhecimento científico.

Para isto, o Ministério da Educação, ao longo do ano de 2019, desenvolveu um Caderno orientador sobre a nova política de alfabetização. Este material detalha objetivos, metas e princípios relacionados à alfabetização das crianças matriculadas no ciclo de alfabetização do Brasil. Mostra o cenário atual, marcos históricos e normativos, apresenta as formas de implementação dessa política, estratégias de avaliação e monitoramento.

O objetivo deste estudo é entender quais são os discursos na Política Nacional de Alfabetização e como estão representados, para isso realizou-se uma análise documental do Caderno, a partir do aporte teórico dos Estudos Culturais. A análise documental consiste em olhar detalhadamente para o documento realizando um exame “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” novamente (CELLARD, 2008, p.303).

O campo teórico que serviu de base para as análises é o dos Estudos Culturais (EC), os quais, de acordo com Silva (1999), passam a ter por tarefa desconstruir todo e qualquer processo de naturalização, buscando o princípio de toda e qualquer produção.

Para os Estudos Culturais, os discursos são materializados através de artefatos culturais que tem por função disseminar o mesmo, fazendo-o subjetivar pessoas e influenciando em suas práticas.

Para Trindade (2007), a análise a partir dos EC dá visibilidade à uma diversidade de conceitos que perpassam de uma época para a outra ou coexistem em uma mesma época, buscando revelar como aconteceu a invenção de verdades, os movimentos pelos quais passaram e as disputas que enfrentaram nos campos dos conhecimentos científicos, político, social e cultural.

1 No Brasil, até a década de 80, as disputas ocorriam entre os métodos sintéticos, analíticos e mistos. Com a difusão do construtivismo no país as disputas passaram a ser entre os métodos, denominados de tradicionais, e as teorias psicogenéticas.

Os Estudos Culturais são um campo analítico não propositivo, que em consonância com os estudos pós-modernos e pós-estruturalistas não pensam o discurso de maneira isolada, mas em suas relações com episódios de ordem técnica, governamental, financeira e social. Para Foucault (2007) a noção de prática discursiva é empregada como um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e espaço, voltadas para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada às condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 133).

O que o autor nos mostra nesta perspectiva é que toda sociedade pauta suas ações, valores, pensamentos e crenças de acordo com os discursos instituídos. Ao mesmo tempo, estas práticas discursivas são controladas, selecionadas, organizadas e redistribuídas de acordo com quem está no poder.

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimento que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 08).

Foucault (2013) destaca que a produção discursiva não é realizada de maneira aleatória, mas depende dos interesses, das instâncias e das relações de poder que a produz. O discurso efetiva-se nas práticas sociais dos indivíduos e nestes produz efeitos. Diante disto, as duas seções a seguir revelam os discursos que circulam no caderno da Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019).

Analisando o artefato cultural: O Caderno na Política Nacional de Alfabetização

O Caderno da Política Nacional de Alfabetização (2019), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), no dia 15 de agosto de 2019. Trata-se de um guia explicativo que detalha esta política pública. O documento tem 54 páginas, incluindo o Decreto nº 9.765/2019 de 11 de abril de 2019 e as referências bibliográficas. Este documento é complementado pela Portaria nº 1.460 de 15/08/2019, que institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências Científicas (CONABE) (BRASIL, 2019b).

Após a leitura do Caderno nos deparamos então, com a uma multiplicidade de aspectos, sendo assim seria impossível discutirmos todos nesse espaço, motivo este que nos fez selecionar os discursos: analfabetismo, estatístico, normativo, da ciência e da psicologia cognitiva para serem abordados aqui.

Cabe pontuar aqui que os discursos acima mencionados buscam negar, desqualificar e desconstruir os discursos dos programas de âmbito federativo para formação docente anteriores: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (2001)², Pró-letramento(2005)³ e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012)⁴ e assim instituem construção de um novo discurso. Marzola (2003) salienta que este novo se apresenta envolvido pelo prestígio do saber científico e tecido numa retórica salvacionista.

2 De acordo com os documentos elaborados pelo MEC e pela Secretaria do Estado da Educação - SEE, essa formação continuada foi pensada na perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita (1985) seguindo os pressupostos teóricos de Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Telma Weisz.

3 O programa através das ações de formação continuada ampliou o significado de alfabetização, passando a pensá-la no contexto de letramento. A criança, além de saber a ler e escrever precisa fazer uso dessas habilidades em práticas sociais

4 O programa aliou os estudos da Psicogênese da Língua Escrita, aos estudos do Letramento e ampliou as discussões inserindo os estudos sobre a Consciência Fonológica e a Alfabetização como Processo Discursivo.

Diante de tais discursos, o ideal moderno que o constituiu faz com que nos lancemos no desconhecido sem levantar a mínima suspeita, sem pensar, porquanto, desenvolvemos a crença que a última novidade, sempre é a mais moderna e a melhor. Certos de estarmos cumprindo com a eficácia garantida pela ciência, nossa missão educacional.

Silva (2012) explica que o discurso moderno constrói suas verdades tendo por argumento a ciência. Fazendo pensar que se algo é comprovado cientificamente recebe a chancela de “o melhor”, o “mais verdadeiro”. Sendo assim, a PNA embasa seu discurso nesta suposta cientificidade, desconsiderando a provisoriedade destas verdades e que os discursos que o antecederam também eram pautados em evidências científicas. O Caderno apresenta logo nas primeiras páginas, a equipe responsável pela elaboração do documento. Conforme seu texto de apresentação, o grupo de trabalho analisou a situação atual da alfabetização no Brasil e escreveram sobre o que dizem as pesquisas mais atuais em seus diferentes campos de *expertise*.

O grupo de trabalho analisou a situação atual da alfabetização no Brasil, realizando audiências com representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), e convidando renomados pesquisadores da área de alfabetização para apresentarem suas contribuições. Essas audiências foram importantes para ouvir diversos atores da sociedade envolvidos com o tema. O grupo de trabalho também estudou experiências exitosas de estados e municípios brasileiros, bem como de outros países que formularam suas políticas públicas de alfabetização com base em evidências científicas e melhoraram os indicadores não só de leitura e escrita, mas também de matemática (BRASIL, 2019, p.5)

O grupo de trabalho é composto por treze especialistas da Secretaria de Alfabetização, vinte e um Especialistas Colaboradores e equipe técnica do MEC. Este último grupo ficou com a responsabilidade de revisão de texto e revisão de conteúdo. Aos grupos de especialistas coube a responsabilidade de elaborar a Política Nacional de Alfabetização. Na equipe de especialistas⁵, treze são formados em Psicologia, três são da área da Linguagem, um da área da Pedagogia, um com formação em Arte, um com formação em Educação Física, um formado em Ciências Biológicas e um em Música. No que se refere à nacionalidade deles, treze são brasileiros e oito são de países como Estados Unidos e França. Marzola(2003) na medida em que é legitimado por uma teoria da aprendizagem elaborada nos laboratórios de psicologia do desenvolvimento da Europa ou dos Estados Unidos, esse método produz efeitos de verdade.

O que nos chama atenção é a composição desta equipe, que além de possuir um número reduzido de profissionais da Educação, apenas um dos membros é formado em Pedagogia. Além disto, desconsideram os renomados pesquisadores da área da alfabetização do Brasil e suas contribuições com bases também científicas. Maciel (2019) faz a seguinte ponderação a respeito:

Aqui indago: qual o lugar da educação, do fazer pedagógico, do alfabetizador e do alfabetizando em uma Política Nacional de Alfabetização que traz majoritariamente o viés da psicologia e, dentro dela, a Psicologia “especialmente da ciência cognitiva da leitura”? (MACIEL, 2019, p.58)

5 Especialistas Colaboradores: Alessandra Gotuzo Seabra, Augusto Buchweitz, Catherine Snow, Cláudia Cardoso-Martins Elizeu Coutinho De Macedo, Fabrício Bruno Cardoso, Fernando César Capovilla, Hakima Megherbi, Jean-Émile Gombert, Jerusa Fumagalli De Salles, João Batista Araújo E Oliveira Leonor Scliar Cabral, Linnea Ehri, Luiz Carlos Faria Da Silva, Marcus Vinícius Medeiros Pereira, Maria Regina Maluf, Pamela A. Mason, Rhonda Bondie, Roger Beard.

A autora nos desafia a pensar, sobre o lugar ocupado pelo fazer pedagógico na (PNA), tendo em vista que o documento privilegia apenas um viés da faceta “linguística” e, ao olhar apenas para uma parte do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, desconsidera os saberes e práticas construídos dentro da sala de aula e as facetas interativa e a sociocultural (SOARES, 2018).

Ao apagar as facetas interativa e sociocultural, corre-se o risco conforme Monteiro (2019),

[...] de transformar o ensino nas escolas públicas em orientações limitadas dos processos de aprendizagem dos alfabetizandos fazendo ressurgir parâmetros de sucesso e /ou fracasso escolar que historicamente foram ineficazes tanto para explicar o fenômeno da alfabetização quanto para promover a qualidade da educação. (MONTEIRO, 2019, p.41)

Outro aspecto que nos chama atenção é o fato de que logo na mensagem de apresentação do Caderno da PNA o Secretário de Alfabetização, Nadalim, destaca:

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Alfabetização (SEALF), apresenta a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que busca elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro. (BRASIL, 2019, s/p)

Nota-se no discurso utilizado pelo secretário que o analfabetismo é visto como o grande vilão causador dos problemas do país, este, portanto, torna-se um inimigo que precisa ser combatido. Conforme Almeida (2019, p.52), “este pensamento está vinculado ao discurso liberal e de direita, onde a alfabetização, reduzida a uma perspectiva individual e funcional e ligada a interesses econômicos implícitos, se coloca a favor do *disempowerment* (desempoderamento) dos sujeitos da consequente reprodução social existente”. Maciel e Resende (2019) corroboram,

[...] política nenhuma de alfabetização obterá sucesso se a ação continuar sendo ideologicamente entrar em combate, lutar contra; expulsar, fazer desaparecer, arrancar com a raiz um problema que precisa ser encarado com a seriedade e compromisso social e educacional. (MACIEL; RESENDE, 2019, p.129)

Em consonância com o discurso do secretário Nadalim destaca-se a fala de Roger Beard, um dos especialistas responsáveis pela elaboração do Caderno da (PNA), [...] uma alfabetização de má qualidade pode não apenas prejudicar os indivíduos, mas também afetar toda a economia nacional (BRASIL, 2019, p.17).

Nota-se nesta fala, a culpa atribuída ao indivíduo pelo atraso do país. Conforme Cook-Gumperz (1991), este pensamento está associado com a ideologia de escolarização e alfabetização dos séculos dezenove e vinte em que,

[...] não apenas ligava a escolarização e a alfabetização a excelência do indivíduo, transformando-o em cidadão virtuoso, mas proporcionava uma seletividade nos efeitos da transmissão da alfabetização. O cidadão letrado não apenas era mais virtuoso, mas também experimentaria maior bem-estar econômico. Este é um pequeno passo para além daqueles argumentos que vêem o analfabeto como sendo menos valioso e, assim, como experimentando menor prosperidade econômica. Em outras palavras, a pobreza do analfabeto era culpa sua. (COOK-GUMPERZ, 1991, p.45)

Para Cook-Gumperz (1991), este pressuposto, desconstruído e considerado um mito pelo autor, além de condenar o analfabeto como indivíduo de segunda classe, impossibilitando-o de crescer economicamente, foi um argumento de que a pobreza, por fim, era responsabilidade dos próprios analfabetos. Chancelando assim, a diferenciação entre os cidadãos virtuosos ou não virtuosos.

Logo na primeira parte do caderno, os especialistas trazem o discurso estatístico, onde são apresentados dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) que sustentam a afirmação de fracasso com relação à aprendizagem da leitura e da escrita em turmas de alfabetização. Cabe aqui mencionar que a ANA é uma avaliação censitária da alfabetização criada no ano de 2013 com a finalidade de acompanhar as ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Nesse sentido, a ANA,

[...]insere-se no contexto de atenção voltada à alfabetização prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Instituído pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, o Pacto constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até a conclusão do Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2013, p.5)

Dado o exposto, percebe-se nos dados apresentados que os especialistas tomam como referência apenas os resultados obtidos a partir da ANA, desconsiderando dados de outras avaliações. Vale ressaltar que para uma boa comparação dos dados seria necessário considerar índices de avaliações diferentes, ao priorizar somente parte dos dados os especialistas não permitem que se avalie como estavam os dados referentes a alfabetização anteriores ao ano de 2013, ano de implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

A comparação dos resultados das edições de 2014 e de 2016 revela uma estagnação no desempenho dos alunos (INEP, 2018a). Além disso, percebe-se que a situação está muito distante daquela estabelecida pela meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), a saber, alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. (BRASIL, 2019, p.10)

Neste trecho do Caderno, é utilizado pelos especialistas o termo “estagnação no desempenho dos alunos” ao fazerem isso, desconsideram os avanços obtidos na Prova Brasil⁶, cujo seu resultado é utilizado para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷. Conforme Leal (2019),

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os dados do IDEB mostraram que ultrapassamos as metas estabelecidas. O IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2011 era 4,7. A meta estabelecida para 2017 era 5,2. O IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2017 foi de 5,5, que era a meta para 2019 (LEAL, 2019, p.79).

Para o autor citado, tais dados revelam que não há como avançar se não acontecer trabalho conjunto, algo que some esforços, tal como estava ocorrendo no PNAIC. As evidências do IDEB mostram que este programa estava começando a mudar a situação no país.

Os especialistas embasam o discurso legal, nos marcos histórico, e normativo como é possível verificar na seção 1.2 Linha Do Tempo: Marcos Históricos e Normativos. Estes documentos servem para legitimar um novo discurso que se pretende instituir

6 A Prova Brasil é uma avaliação censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

7 O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

A PNA constitui seu discurso nos seguintes documentos legais: a Constituição Federal, que diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e visa ao pleno desenvolvimento pessoal, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dispõe que a formação básica do cidadão é o objetivo do ensino fundamental, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo por meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que defende a alfabetização de todas as crianças até o fim do 3º ano do ensino fundamental (meta 5), elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir a taxa de analfabetismo funcional em 50% (meta 9) (BRASIL, 2014); a Emenda Constitucional nº 59/2009, que dispõe a respeito da erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC -2017), que defende que a criança seja alfabetizada no 1º e 2º ano do ensino fundamental, processo que será complementado por outro, a partir do 3º ano, denominado “ortografização”.

Após análise deste trecho e seguindo a perspectiva dos Estudos Culturais, é possível verificar a constituição de um discurso legal na PNA – a partir dos dispositivos históricos e normativos. Documentos estes frutos de determinados momentos históricos e, por isto expressam valores e costumes da sociedade ou, mais especificamente, de um segmento social e cultural dominante. Sobre o tema Foucault pondera que

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p.9).

De acordo com filósofo tais dispositivos servem como procedimentos de controle para cerceamento de alguns discursos e a legitimação de outros, tendo em vista que regulam, selecionam e organizam o fazer pedagógico.

O referido caderno traz ainda o discurso da Ciência Cognitiva em uma perspectiva salvacionista. Os especialistas escolhidos pelo Ministério da Educação destacam que para conseguir avanço na alfabetização é preciso fundamentar o trabalho nas Ciências Cognitivas e argumentam que a maioria dos países que obtiveram avanços embasaram suas políticas públicas nessas ciências. Podemos verificar isto na seção *um breve histórico dos relatórios sobre a alfabetização no Brasil e no mundo*, bem como na fala do Secretário de Alfabetização Nadalim (BRASIL, 2019b):

A ciência cognitiva da leitura apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita. (p.7) [...]A maioria dos países que melhoraram a alfabetização nas últimas décadas fundamentaram suas políticas públicas nas evidências mais atuais das ciências cognitivas. (BRASIL, 2019, p.16)

Neste momento da nossa discussão é imprescindível lembrar quem é Carlos Nadalim. Junto com Arno Alcântara, é cofundador do blog “Como Educar seus Filhos”, no qual publica vídeos, entrevistas e artigos com dicas para os pais sobre educação infantil, especialmente no tocante à alfabetização domiciliar. Além disso, é defensor do método fônico e assumidamente contrário as pesquisas de Magda Soares e Paulo Freire.

Verifica-se então, através da análise dos discursos instituídos pelo secretário e pelos especialistas, que foram selecionados dois paradigmas na PNA: o da Ciência Cognitiva e o da Neurociência. Para dar legitimidade a este discurso, o documento também cita relatórios nacionais e internacionais como: *O Preventing Reading Difficulties in Young Children* (1998), *National Reading Panel*(2000), *Alfabetização Infantil: os novos caminhos*, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, reeditado em 2007, *Early Literacy*, do *National Early Literacy Panel*(NELP), publicado em 2009 e em 2011 e o documento publicado pela Academia Brasileira de Ciências, cujo título é *Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. Todos estes documentos apresentam na estrutura de seus textos a defesa do trabalho com a instrução fônica e muitos deles desqualificam a forma como a alfabetização vinha sendo trabalhada em seu período de publicação.

[...] um grupo de trabalho composto de eminentes cientistas, especialistas e pesquisadores apresentou conclusões importantes, sendo a principal delas a de que as políticas e as práticas de alfabetização no país – incluindo a formação de professores alfabetizadores – não acompanharam o progresso científico e metodológico que, nas últimas décadas do século XX, ocorreu no campo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita.

[...]Em 2011, a Academia Brasileira de Ciências publicou o documento *Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. Na parte III, intitulada *Métodos de Alfabetização*, faz-se referência a países que modificaram suas políticas públicas para a alfabetização com base nas evidências científicas mais recentes, como Inglaterra, Austrália, Israel e Finlândia.

[...]Apesar dos dados e das evidências trazidos pelos relatórios e documentos citados, as políticas públicas para a alfabetização no Brasil, em âmbito nacional, continuam a ignorá-los em grande parte. Por essa razão a PNA se propõe a assumir e a difundir tais contribuições, ora aprimoradas pelas evidências científicas mais recentes (BRASIL, 2019, p.16-17)

Segundo a ótica dos especialistas colaboradores do MEC, as políticas públicas de alfabetização anteriores a PNA, ignoraram estas pesquisas, além disto, não acompanharam a evolução científica e metodológica ocorrida em todo o mundo. Por esta razão, a partir da PNA, reforçam que o trabalho será fundamento em evidências científicas, instituindo assim, um discurso de salvação através da “cientificidade”. De acordo com Frade (2019)

As evidências, reiteradas no documento, revelam escolhas por determinadas tendências que reforçam uma concepção sobre o que significam e de que algumas são mais importantes que outras. Podemos recuperá-las seja na citação de textos de especialistas, na defesa de pesquisas em neurociências e ciência cognitiva, na interpretação de resultados de pesquisas sobre alfabetização no Brasil e nas conclusões de relatórios nacionais e internacionais citados no texto (FRADE, 2019, p.15).

Frade nos mostra que as evidências reiteradas na PNA, revelam a escolha por um tipo de ciência, ou seja, a ciência cognitiva. Marzola (2003) corrobora dizendo que esse método produz a ideia de melhor método,

[...] o mais eficaz e eficiente, é sempre o que surgiu mais recentemente, o que foi descoberto por último. Essa substituição constante dos métodos prende-se, sem dúvida nenhuma, a uma noção de progresso científico que produz o mais recente e mais avançado, o mais avançado, o mais exato e verdadeiro, em suma, o mais científico. (MARZOLA, 2003, p. 211)

Nesse sentido, a ciência cognitiva enquanto um campo interdisciplinar que estuda a mente e sua relação com o cérebro, aparece nesse momento, como ideia de progresso científico, por ser o mais recente e avançado.

Por ciências cognitivas se designa o campo interdisciplinar que abrange as diferentes disciplinas que estudam a mente e sua relação com o cérebro, como a psicologia cognitiva e a neurociência cognitiva.

[...] É daí que nasce um campo de estudos importantíssimo para o aprofundamento da alfabetização: a ciência cognitiva da leitura, que se ocupa especialmente dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita e procura responder a perguntas fundamentais: “Como funciona o cérebro de quem está aprendendo a ler? Algo nele muda? Como aprendemos a ler?” (DEHAENE, 2011; SARGIANI; MALUF, 2018) (BRASIL, 2019, p.20).

Como vimos nos expostos, a PNA está fundamentada basicamente nas ciências cognitivas, que se ocupa dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. De acordo com Moraes (2019),

[...] esse delirante projeto de *padronização total* do ensino e da aprendizagem só existe para quem, como os autores da PNA, julga que é apelando apenas para o poder na neurociência e de pesquisas da psicologia cognitiva exclusivamente experimentais que vão conseguir impor suas didáticas desrespeitosas e nada motivadoras (MORAIS, 2019, p.73).

Conforme o autor, esta política de alfabetização quer impor e não busca dialogar com nada e nem com ninguém. O discurso do governo visa à padronização do fazer pedagógico no país, neste sentido, os professores precisam seguir de maneira inquestionável e obediente as prescrições do que ensinar, como ensinar e quando ensinar. Foucault (1979, p.118) “quando pensa na mecânica do poder, pensa em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.

Cabe aqui falar sobre os produtos gerados a partir dessa política, os programas Conta pra mim, Tempo de aprender e o aplicativo Grafogame.

Para estimular a literacia familiar o Ministério da Educação lançou o “Programa Conta pra Mim”, criado através da Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020. No Capítulo I denominado *Das Disposições Gerais*, logo no primeiro artigo a portaria explicita o seu propósito: “Instituir o Programa Conta pra Mim”, com a finalidade de orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar em todo o território nacional” (BRASIL, 2020a, art.1º).

Fica evidenciado que o objetivo deste programa é a ampla promoção da literacia no ambiente da família, reconhecendo os pais como os primeiros educadores ou “professores” de seus filhos. Ao que nos parece, ao propor a literacia familiar esta política não está falando do letramento doméstico apresentado por Kleiman (1995) quando trata das múltiplas esferas de letramento, mas nos induz a pensar em educação familiar. Esta ideia se confirma ao analisarmos o último ponto a ser destacado no artigo em epígrafe no que se refere à educação não formal.

Com base na PNA e direcionado para aplicação de práticas fundamentadas em evidências científicas e na neurociência, o Governo Federal instituiu o Programa Tempo de Aprender, através da Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020.

Art. 1º - Instituir o Programa Tempo de Aprender, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil.

Art. 2º - O Programa será organizado nos seguintes eixos, com suas respectivas ações:

I - eixo Formação continuada de profissionais da alfabetização:

a) formação continuada para professores alfabetizadores e para professores da educação infantil;

b) formação continuada para gestores escolares das redes públicas de ensino;

c) programa de intercâmbio para formação continuada de professores alfabetizadores.

II - eixo Apoio pedagógico para a alfabetização:

a) sistema on-line com recursos pedagógicos e materiais para suporte à prática de alfabetização (BRASIL, 2020, arts. 1º, 2º).

Ao analisarmos os eixos relacionados ao programa Tempo de Aprender, é possível tecermos algumas reflexões, diferentemente das políticas públicas do PROFA, Pró-letramento, PNAIC que ofertavam formações continuadas, onde um dos eixos estruturantes eram os encontros presenciais para trocas de experiências entre professores alfabetizadores. No programa em discussão a proposta de formação de professores alfabetizadores, ocorre de maneira totalmente *on-line*, através de uma plataforma de ensino a distância do MEC em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Com relação ao eixo: Apoio pedagógico para a alfabetização – de acordo com que foi explicitado no documento, para dar suporte aos professores da rede pública em todo país o MEC lançou o Sistema *On-line* de Recursos de Alfabetização – SORA, desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia da Informação e Mídias Educacionais (Labtime), da Universidade Federal de Goiás (UFG). A ferramenta permite acesso a recursos pedagógicos, como estratégias de ensino, atividades e avaliações formativas. Inferimos a partir disto, que ao propor estes tipos de atividades padronizadas a PNA retira o protagonismo do alfabetizador e transforma-o em um mero executor/aplicador de um projeto de governo.

Além disto, para propagar o discurso de alfabetização baseado em evidências científicas o governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação, lançou o aplicativo *GraphoGame*, no âmbito da PNA e do Programa Tempo de Aprender.

O *GraphoGame* é um jogo educacional com um ambiente virtual para a aprendizagem de habilidades fonológicas. Essas habilidades são relacionadas com os sons da linguagem e ajudam a aprender a ler. O *GraphoGame* surgiu a partir de pesquisas realizadas pela empresa finlandesa GraphoLearn, que desenvolve e estuda a família de jogos *GraphoGame* em línguas europeias e outros idiomas. O software e o formato do jogo foram desenvolvidos por pesquisadores finlandeses da Universidade de Jyväskylä e do Instituto NiiloMäki, e surgiram primeiramente como uma ferramenta de apoio para crianças com dificuldades de leitura. O jogo finlandês fez muito sucesso, e logo foi adaptado para apoiar a aprendizagem de todas as crianças finlandesas (BRASIL, 2021, p.9)

Conforme Brasil (2021), a disponibilização do aplicativo é fruto de parceria do Ministério da Educação com o Instituto do Cérebro da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, única instituição no país autorizada pelos criadores originais do jogo educativo a realizar a adaptação para o português brasileiro. Percebe-se a construção de um discurso científico fundamentado em evidências. Com base neste exposto podemos concluir que o governo exerce ação de controle e poder sobre o fazer educacional através destas ações de formação continuada, materiais e recursos pedagógicos. É preciso levar em conta que tais dispositivos (programas e aplicativos) e as ações de capacitação, subjetivam a prática do professor ao *impor* uma forma de agir na sala de aula, a isto denominamos de governo.

Ainda nesta direção, Larrosa (1998) explica que o maior perigo da pedagogia está na arrogância dos que estão no poder, pois ditam através de uma verdade absoluta o que deve ser feito para solucionar os problemas, como podemos ver nos programas instituídos pelo governo federal.

[...] o maior perigo para a pedagogia de hoje está na arrogância dos que sabem, na soberba dos proprietários de certezas, na boa consciência dos moralistas de toda espécie, na tranquilidade dos que já sabem o que dizer aí ou o que se deve fazer e na segurança dos especialistas em respostas e soluções (LARROSA, 1998, p.8).

O caderno faz referência ao ensino explícito e sistemático da leitura e da escrita. Há um esclarecimento acerca disto na seção 2.1.2 *A Ciência Cognitiva da Leitura*.

A ciência cognitiva da leitura afirma que, ao contrário do que supõem certas teorias, a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural nem espontânea. Não se aprende a ler como se aprende a falar. A leitura e a escrita precisam ser ensinadas de modo explícito e sistemático, evidência que afeta diretamente a pessoa que ensina (DEHAENE, 2011). Por isso os professores também estão entre os principais beneficiados desse ramo da ciência. (BRASIL, 2019, p. 20)

Ao analisarmos o trecho a partir da ótica dos Estudos Culturais, percebemos que ao utilizar o termo “certas teorias”, o governo desvaloriza todo conhecimento científico produzido na área da alfabetização em nosso país e em um jogo de poder impõe aos professores a tarefa de ensinar a leitura e a escrita de maneira explícita e sistemática. Sendo assim, o MEC valida apenas uma perspectiva de alfabetização, fundamentada na Neurociência Cognitiva⁸.

De acordo com Cosenza e Guerra (2011), a neurociência se constitui como a ciência que se ocupa em entender o funcionamento do cérebro para que a aprendizagem aconteça. Neste caminho, os neurônios processam e transmitem a informação por meio de impulsos nervosos que os percorrem ao longo de toda a sua extensão.

Um neurônio pode disparar impulsos seguidamente, dezenas de vezes por segundo. Mas a informação, para ser transmitida para uma outra célula, depende de uma estrutura que ocorre geralmente nas porções finais do prolongamento neuronal que leva o nome de axônio. Esses locais, onde ocorre a passagem da informação entre as células, são denominadas sinapses, e a comunicação é feita pela liberação de uma substância química, um neurotransmissor (COSENZA; GUERRA, 2011, p 13).

8 Neurociência cognitiva, que desvendam o funcionamento do cérebro, incluindo o que nele acontece durante a aprendizagem da leitura e da escrita, e ajudam a perceber como é possível facilitar a aprendizagem por meio de um ensino mais apropriado

Conforme os autores, para a neurociência cognitiva a capacidade de aprender está relacionada à quantidade de sinapses que o cérebro produz. E as sinapses, portanto, são os locais que regulam a passagem de informações no sistema nervoso e têm uma importância fundamental na aprendizagem. Seguindo essa perspectiva os autores explicam como acontece o processo de aprendizagem da linguagem escrita,

[...] a linguagem escrita precisa ser ensinada, ou seja, é necessário o estabelecimento de circuitos cerebrais que a sustentem, o que se faz por meio de dedicação e exercício. O que ocorre é que estruturas e circuitos desenvolvidos ao longo da evolução para executarem outras funções são agora recrutados para processar a linguagem escrita. A aprendizagem da leitura modifica permanentemente o cérebro, fazendo com que ele reaja de forma diferente não só aos estímulos linguísticos visuais, mas também na forma como processa a própria linguagem falada. Por exemplo, os alfabetizados passam a ter consciência de que as palavras são constituídas por elementos menores, as sílabas e fonemas, o que escapa à compreensão dos analfabetos (COSENZA; GUERRA, 2011, p.96).

Cosenza e Guerra (2011) apresentam a visão defendida pela PNA com relação ao ensino da linguagem escrita, em que para que a aprendizagem aconteça é preciso que o ensino seja explícito, sistemático, numa ordem que deriva do mais simples para o mais complexo. Para Morais (2019) ao organizar a alfabetização partindo supostamente do mais simples para estágios mais avançados e complexos, os especialistas seguem a visão associacionista de aprendizagem

Os defensores da visão associacionista que querem transmitir informações sobre os valores sonoros de letras individuais desde o primeiro dia de aula do primeiro ano ignoram tudo isso e também negam uma evidência já atestada em línguas como o espanhol e o português: que, no auge de uma etapa que Ferreiro e Teberosky denominaram “hipótese silábica”, uma criança, sem que ninguém lhe ensine, entende que deve colocar uma letra para cada sílaba que pronuncia. Isso é natural, não é um erro, mas, sim, um requisito para que o aprendiz compreenda que não pode escrever com qualquer letra e que, para notar as sílabas orais de uma palavra que quer escrever, busque usar as letras com seus valores sonoros socialmente convencionados (MORAIS, 2019, p.72).

Sendo assim, conforme o autor acima referenciado é possível constatar que os especialistas ao defenderem esta visão, concebem que a criança é uma tábula rasa e que cabe ao adulto ministrar, desde o primeiro dia do primeiro ano de alfabetização, aulas sobre quais grafemas equivalem as quais fonemas.

Verifica-se nas falas dos defensores da PNA uma concordância no que diz respeito ao ensino explícito e sistemático da consciência fonêmica e da decodificação de palavras. No entanto, Morais (2019, p.68) “destaca que ao proporem este tipo de ensino tratam a criança como mera receptora e reprodutora de informações prontas e não querem investigar o que ela, a criança-aprendiz, pensa sobre letras, sílabas, palavras e texto”.

Segundo Silva (2012), os discursos de verdade produzidos pela política se pautam em um processo de desconstrução da velha ordem (políticas anteriores) e de construção da nova ordem (PNA).

Os argumentos de desconstrução pautam-se em dados estatísticos e em relatórios técnicos e para a construção do novo discurso se apoiam na legislação, na ciência e na valorização do que é produzido na Europa e nos Estados Unidos. Desconsideram, no entanto, toda a subjetividade dos dados apresentados e todos os mitos que pautam suas afirmações. De acordo com Marzola (2003)

O que me interessa enfatizar, nesse momento, é que a discussão sobre os métodos de alfabetização precisa ser colocada, visivelmente, num patamar político, sob a pena de continuarmos a participar de um jogo (político, sim) onde somos jogados, isto é, constrangidos a substituir, indefinidamente um método por outro. (MARZOLA, 2003, p.218)

A autora aponta para o perigo de substituição constante e aligeirada de formas de pensar a alfabetização que desconsidera nega e apaga toda uma produção que ao longo de décadas vem sendo construída. Além disso, essa discussão dos métodos precisa ser colocada em um patamar político, sob a pena de continuarmos a sermos constrangidos a substituir um método por outro.

Conclusão

Na história da educação deste país as políticas públicas educacionais vêm sendo criadas e incorporadas às instituições escolares com objetivo de qualificar e universalizar a educação brasileira. De acordo com o que a própria história nos mostra, a implantação de uma política pública nem sempre se resulta em novas ações na prática pedagógica, ainda assim, ela pode simbolizar transformações e impactos na cultura escolar.

Ao final da análise do Caderno da PNA verifica-se que o documento analisado é constituído por lutas em torno da imposição de sentidos e verdade, além disso, rompe com os discursos das políticas públicas nacionais existentes em nosso país nas últimas décadas.

Verificamos ainda que os discursos: estatístico, normativo, da ciência e da psicologia cognitiva produzidos por este documento procuram dar visibilidade a uma verdade científica buscando apagar conceitos muito difundidos nas pesquisas de alfabetização produzidas em nosso país e ainda retomar abordagens já refutadas.

Notamos o poder/saber sendo operado nos argumentos e posições discursivas assumidas pelos responsáveis pela elaboração da PNA, fazendo com que alguns discursos sejam silenciados ou destacados e repetidos conforme a intencionalidade.

Assim, criam-se verdades e novos/ velhos conceitos vão produzindo práticas e efeitos na alfabetização, além tentativa de homogeneização do ensino, por meio de um discurso científico, como mecanismo para alcançar o tão esperado sucesso na alfabetização das crianças e legitimar a instrução fônica.

Além da literacia trazida a partir do Programa Conta Pra Mim, a PNA apresenta a instrução fônica como caminho mais adequado a ser seguido pelos professores alfabetizadores, uma verdadeira prescrição apresentada no Programa Tempo de Aprender. Vale destacar que os programas foram desenvolvidos a partir das diretrizes da PNA e é ofertado de maneira *on-line*, o que não possibilita a interação entre alfabetizadores e troca de experiências.

É fundamental salientar que os professores não podem ser formados para utilizar um material específico através de um simples treinamento, discurso este fomentado, inclusive, desde a Educação Infantil pela PNA. Cabe-nos aqui, portanto, questionar este tipo de movimento e lembrar que o professor alfabetizador é o profissional responsável por planejar e implementar as ações pedagógicas que ofereçam as crianças o avanço das habilidades para ler e escrever. Neste sentido, é importante considerar que a alfabetização vai muito além das escolhas dos conteúdos a serem ensinados e a complexidade desse processo, exige que o professor conheça o funcionamento da língua.

Há ainda por parte da política, uma proposta de elaboração de materiais didáticos, mas consideramos arriscada a ideia de materiais privilegiando uma única abordagem, tendo em vista que isso pode levar ao patrocínio e aquisição de materiais produzidos por empresas específicas (editoras, institutos e fundações) que trabalham com este tipo de abordagem e venda desses produtos. Compreendemos que a partir da produção desses materiais a PNA preconiza a comercialização, além da padronização do ensino e homogeneização da prática pedagógica.

Diante das considerações anteriormente tecidas, a PNA surge em um contexto neoliberal, com um viés conservador e de direita que se contrapõe ao que estava posto na área da alfabetização em nosso país.

Focalizando-se como instrumento ideológico, a PNA reduz a alfabetização a uma perspectiva funcional, ligada a interesses econômicos que favorece a entrada de institutos privados em um espaço de formação de professores que era antes ocupado pelas universidades e demais esferas públicas.

Finalizando o texto, mas sem finalizar a discussão, considera-se lamentável que o debate sobre alguns pressupostos metodológicos baseados nos métodos sintéticos- fonéticos seja retomado através da política do atual governo, realidade esta que precisa ser discutida e motiva movimentos de resistência por parte de pesquisadores e profissionais que atuam na área da alfabetização em nosso país.

Referências

ALMEIDA, Ana Caroline de. Ninguém chega lá, partindo de lá, mas daqui: uma crítica ao conceito de alfabetização na PNA, à luz de algumas contribuições de Paulo Freire. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAIf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 52-57, jul./dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019*. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9765-11-abril-2019-787972-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 ago.2020

_____. *PNA - Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019b.

_____. *Avaliação nacional da alfabetização (ANA): documento básico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

_____. *Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020*. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. *Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020*. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. *Tempo de Aprender*. Graphogame. Disponível em: http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/graphogame/pdf/graphogame_at.pdf (DOCUMENTO DO GRAPHOGAME0. Acesso em: 15 dez. 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean [et al.] *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

COOK-GUMPERZ, Jenny. Alfabetização e escolarização: uma equação imutável? In: COOK-GUMPERZ, Jenny (Org.) *A construção social da Alfabetização*. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 27-57.

COSENZA, Ramon; GUERRA, LEONOR. *Neurociência e Educação*. Grupo A, 2011. [Minha Biblioteca].

- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. A escrita na Política Nacional de Alfabetização. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p.125-128, jul./dez. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O Sujeito da Educação*. Estudos foucaultianos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- LEAL, Telma Ferraz. Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p.76-85, jul./dez. 2019.
- MARZOLA, Norma Regina. *Alfabetização: O Discurso dos Métodos*. In: O Ensino sob o olhar dos educadores. Seiva Publicações, 2003.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil? *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 58-59, jul./dez. 2019
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira; RESENDE, Valéria Barbosa de. Alfabetização de jovens e adultos na Política Nacional de Alfabetização. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p.129-133, jul./dez. 2019.
- MONTEIRO, Sara Mourão. A concepção de alfabetização na Política Nacional de Alfabetização/MEC/2019. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p.39-43, jul./dez. 2019.
- MORAIS, Artur Gomes de. Análise Crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p.66-75, jul./dez. 2019.
- SILVA, Thaise da. *Os “novos” discursos sobre alfabetização em análise: os livros de 1º ano do Ensino Fundamental de nove anos do programa nacional do livro didático (PNLD 2010)*. 2012. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2018.
- TRINDADE, Iole Maria Faviero. Uma análise cultural de discursos sobre alfabetização e alfabetismo/ letramento e suas representações. *Educação*, Santa Maria, v.32, n.1, p. 41-57, 2007.

Recebido em: 17/05/2021

Aceito em: 28/06/2021